

ATUAÇÃO NO PARLAMENTO

Na segunda-feira (03), o diretor de assuntos legislativo, Luiz Colussi, participou de audiência pública sobre o PLS 280/2016, que trata do abuso de autoridade, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Na ocasião, o diretor ressaltou a posição contrária da Anamatra em relação à matéria. Na terça-feira (04), o diretor, acompanhado pelo juiz Luciano Crispim, da 18ª região, estiveram presentes na segunda audiência sobre o projeto.

Na quarta-feira (05), os juízes acompanharam a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em que estava pautado o PLS 218/2016, que dispõe sobre o trabalho intermitente. Foram apresentadas notas técnicas da Anamatra e Sinait com pontos contrários à matéria.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

Dia 05/04/2017.

1 - REQUERIMENTO Nº 147/17 - do Sr. Elizeu Dionizio - (PEC 329/2013) - que "requer a realização de audiência pública para debater a **PEC 329/13**, de autoria do deputado Francisco Praciano, que "altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências".

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

2 - REQUERIMENTO Nº 148/17 - do Sr. Alessandro Molon - (PEC 329/2013) - que "requer a realização de Audiência Pública, para debater a Proposta de Emenda à Constituição - **PEC nº 329, de 2013**, que "altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências".

ENCAMINHOU O REQUERIMENTO O DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB).

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

Dia 05/04/2017.

12 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38/11 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "**dispõe sobre condições para a liquidação de créditos de precatórios a serem pagos pelas Fazendas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios**". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Garante o pagamento de precatórios de valor equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor no prazo máximo de 12 meses. (Apensado: PLP 447/2014).

RELATOR: Deputado IZALCI LUCAS.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no

mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 38/2011, e pela rejeição do PLP nº 447/2014, apensado.

Vista ao Deputado Mário Feitoza, em 17/04/2013.

RESULTADO: Aprovado o parecer. A matéria segue para a comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Eleição para Vice:

**** Deputado Wolney Queiroz foi eleito vice-presidente da CTASP em 05/04/2017.**

Dia 05/04/2017.

2 - REQUERIMENTO Nº 181/17 - do Sr. Marcon - que "requer realização de audiência pública para debater o PL 6442/2016", com os seguintes convidados:

Antônio Lucas Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - Contar

Germano Silveira de Siqueira - Anamatra

Alessandro Santos de Miranda – Ministério Público do Trabalho

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

5 - REQUERIMENTO Nº 184/17 - do Sr. Assis Melo - que "requer a realização de um seminário da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público em conjunto com meu gabinete para discutir o PL 6787/2016, que trata da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e também a Lei nº 6.019/1974 que dispõe sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho". Com a presença dos seguintes convidados:

Ronaldo Curado Fleury, Procurador Geral do Trabalho;

Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes,

Desembargadora Beatriz Renck, Presidente do TRT4-RS;

Juiz Rodrigo Trindade de Souza, Presidente da AMATRA-RS;

Presidentes Estaduais das Centrais Sindicais; CUT, CTB, NCST, UGT, FETAG, CONTAR.

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

6 - REQ 190/2017 CTASP - da Sra. Erika Kokay - que "requer a realização de ciclo de debates, no âmbito desta Comissão, para discutir a pauta prioritária dos (as) servidores (as) públicos (as), conforme específica".

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

7 - REQ 192/2017 CTASP - do Sr. Assis Melo - que "**requer a realização de Audiência pública nessa comissão do trabalho, Administração e Serviço Público para discussão do PL 6787/20016, que trata da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e também a Lei**

nº 6.019/1974 que dispõe sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho". Requeiro sejam convidados:

Delaíde Alves Miranda Arantes, Ministra do TST;

Ronaldo Curado Fleuri, procurador geral do trabalho;

Germano Siqueira, presidente da ANAMATRA; e,

Adilson Araújo, presidente da CTB.

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

11 - REQUERIMENTO Nº 197/17 - da Sra. Flávia Moraes - que "solicita a **realização de audiência pública desta comissão, conjunta com a Comissão de Legislação Participativa com a finalidade de debater o PL nº 6787/16 - Reforma Trabalhista**". Com a presença dos seguintes expositores:

Ministro Ives Gandra Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST,

Ronaldo Nogueira, Ministro do Trabalho e Emprego (MTE)

Ronaldo Fleury, Procurador-Geral do Trabalho

Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Anamatra; e

Drª Janilda Guimarães de Lima, Procuradora do Ministério Público do Trabalho/GO.

RESULTADO: Aprovado o requerimento, a audiência será agendada oportunamente pelo presidente da comissão.

COMISSÃO ESPECIAL DO PL 6787/16 – REFORMA TRABALHISTA

Dia 04/04/2017.

A - Audiência Pública:

Tema: PL 6787/16 - Reforma Trabalhista

Estiveram presentes:

FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região;

BENTO HERCULANO DUARTE NETO, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região;

LUIZA BATISTA PEREIRA, Presidente da Federação Nacional das Empregadas Domésticas – FENATRAD;

MÁRCIO POCHMAN, Professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas;

SERGIO PAULO GALLINDO, Presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

RESULTADO: Audiência realizada.

Dia 05/04/2017.

A - Audiência Pública:

Tema: PL 6787/16 - Reforma Trabalhista

Estiveram presentes:

Raimar Rodrigues Machado - Presidente em exercício da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Carlos Roberto Lupi - Presidente Nacional do PDT e Ex-Ministro do Trabalho

Rodrigo Dias da Fonseca - Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Itumbiara - Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região

Tatau Godinho - Ex-Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres - Ministério da Justiça

Jorge Boucinhas Filho - Advogado Trabalhista e Professor da Fundação Getúlio Vargas

RESULTADO: Audiência realizada.

Dia 06/04/2017.

A - Audiência Pública:

Tema: PL 6787/16 - Reforma Trabalhista

Estiveram presentes:

Almir Pazzianotto - Ex-Ministro do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho

Ricardo Antônio Mohallem - Primeiro Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região

Miguel Rossetto - Ex-Ministro do Trabalho

Peter Poschen - Diretor da Organização Internacional do Trabalho - OIT

Mauro de Azevedo Menezes - Advogado Trabalhista

Artur Bueno - representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST

RESULTADO: Audiência realizada.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PEC 310/2017](#) - Dá nova redação ao caput do art. 101 da Constituição Federal **para impedir o preenchimento de vaga no Supremo Tribunal Federal por candidato que tenha ocupado cargo de confiança durante o mandato do Presidente da República em exercício.**

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Autor: Bacelar - PTN/BA

Data da apresentação: 04/04/2017

[PRC 227/2017](#) - Acrescenta parágrafo único ao artigo 252 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para permitir subscrição por meio eletrônico para a iniciativa popular de lei.

Autor: Alessandro Molon - REDE/RJ

Data da apresentação: 05/04/2017

TRAMITAÇÕES

[PL 4495/2016](#) - Dispõe sobre a criação de fundos de precatórios no âmbito da União e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Andamento: Dep. Mário Negromonte Jr. (PP-BA), foi designado relator.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Dia 04/04/2017, terça-feira, às 14 horas - Sessão Deliberativa Ordinária

2. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2013 - Senador Álvaro Dias e outros
Extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Parecer nº 933, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição da Emenda nº 1 e favorável às Emendas de nºs 2 a 4; nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece. (Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno)

Resultado: Aprovado Requerimento nº 216/2017, de tramitação conjunta à PEC 18/2014, que dispõe sobre assunto correlato. A matéria retorna à CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Dia 03/04/2017, segunda-feira, às 14 horas – plenário 03 – Audiência Pública

Assunto / Finalidade: **Instruir o PLS nº 280, de 2016** que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências."

Convidados:

- Sr. GILMAR FERREIRA MENDES, Ministro do Supremo Tribunal Federal
- Sr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, Procurador-Geral da República
- Sr. CARLOS AYRES BRITTO, Jurista e Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal
- Sr. ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep)
- Sr. JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, Juiz de Direito e Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros
- Sr. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)
- Sr. LUIZ ANTONIO COLUSSI, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)

Resultado: realizada. Leia [aqui](#).

Dia 04/04/2017, terça-feira, às 10 horas – plenário 03 – Audiência Pública

Assunto / Finalidade: **Instruir o PLS nº 280, de 2016** que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências."

Convidados:

- JOAQUIM BARBOSA, Jurista e Ex-Ministro do STF
- ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
- FÁBIO TOFIC SIMANTOB, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa
- LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal
- LUCIENI PEREIRA DA SILVA, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas dos Estados - ANTC
- NORMA CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP

- ROBERTO LIVIANU, Promotor de Justiça em São Paulo
- SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA, Juiz Federal

Resultado: realizada

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PEC 14/2017](#)

Ementa: Altera a Constituição Federal, para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível.

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Acir Gurgacz, Senador Airton Sandoval Santana, Senador Alvaro Dias, Senador Benedito de Lira, Senador Cristovam Buarque, Senador Davi Alcolumbre, Senador Elmano Férrer, Senadora Fátima Bezerra, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Hélio José, Senador Humberto Costa, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senador José Maranhão, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senadora Lídice da Mata, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Marta Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Reguffe, Senador Roberto Rocha, Senadora Rose de Freitas, Senadora Vanessa Grazziotin

Data: 04/04/2017

[PLC 27/2017](#) (10 medidas contra a corrupção)

Ementa: Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 –Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

Autor: Câmara dos Deputados, Iniciativa popular

Data: 04/04/2017

[PLS 91/2017](#)

Ementa: Altera os arts. 130, 134 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias dos empregados, e dá outras providências.

Autor: Senadora Rose de Freitas

Data: 04/04/2017

[PLS 92/2017](#)

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento.

Autor: Senadora Rose de Freitas

Data: 04/04/2017

TRAMITAÇÕES

[PLS 432/2013](#) - Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

Andamento: aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 213, de 2017, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do PLC nº 196, de 2009, com o PLS nº 432, de 2013.

[PLS 218/2016](#) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.

Andamento: encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 223, de 2017, de 2017, de iniciativa de Líderes, que solicita, nos termos do art. 172, I, do RISF, a inclusão da presente matéria em Ordem do Dia em rito normal.

* * *